



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner

Processo: TC 7835/2025
Classificação: Consulta
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Domingos Martins
Consulente: Eduardo Jose Ramos

EMENTA

CONSULTA – PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS – CONHECER – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. LEI Nº 14.133/2021. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO. REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REVISÃO POR ÁLEA EXTRAORDINÁRIA. POSSIBILIDADE. SUPERAÇÃO DE ENTENDIMENTO ANTERIOR. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PARECER EM CONSULTA TC Nº 0016/2025. SEGURANÇA JURÍDICA E COERÊNCIA INSTITUCIONAL.

Consulta formulada acerca da possibilidade de aplicação dos institutos do reajuste em sentido estrito, da repactuação e da revisão por álea extraordinária às atas de registro de preços regidas pela Lei nº 14.133/2021. Existência de entendimento anterior desta Corte no sentido da inaplicabilidade do reequilíbrio econômico-financeiro às atas de registro de preços, firmado sob a égide normativa pretérita. Superveniência de nova consulta e revisão do posicionamento institucional, em razão das inovações introduzidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Deliberação plenária no Processo TC nº 5910/2025, consubstanciada no Parecer em Consulta TC nº 0016/2025, reconhecendo a aplicabilidade dos referidos institutos às atas de registro de preços, nos termos do art. 82, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, do art. 25 do Decreto Federal nº 11.462/2023 ou de regulamento próprio do ente federativo. Consulta conhecida e respondida em consonância com o entendimento atualmente consolidado por esta Corte.



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner

O EXMO. SR. CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER:

RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de Consulta formulada pelo Sr. Eduardo Jose Ramos, na qualidade de Prefeito do Município de Domingos Martins, com fim de responder aos seguintes questionamentos:

1. É possível admitir reequilíbrio econômico-financeiro em ata de registro de preço oriunda de licitação do sistema de registro de preços realizada sob a égide da Lei nº 14.133/2021?
2. É possível que cada ente federado institua ou não em seu próprio regulamento do sistema de registro de preços a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro em ata de registro de preço oriunda de licitação do sistema de registro de preços?
3. Na hipótese de a revisão de preços registrados ser possível, consoante primeiro questionamento, quais critérios e requisitos devem ser adotados pela Administração Pública?

O processo feito foi encaminhado ao Núcleo de Jurisprudência e Súmula – NJS, que emitiu o Estudo Técnico de Jurisprudência 0026/2025-1 e concluiu que, conforme o Parecer em Consulta 20/2022, não é possível aplicar o reequilíbrio econômico-financeiro aos valores registrados em Atas de Registro de Preços, admitindo-se tal instituto apenas nos contratos decorrentes dessas atas e em execução. Contudo, ressaltou a existência de processo em pauta (TC 5910/2025) que poderá revisar esse entendimento, diante das alterações trazidas pela Lei nº 14.133/2021.

Quanto à possibilidade de cada ente federado instituir regulamento próprio para o reequilíbrio e aos critérios para tanto, o referido núcleo esclarece que não há jurisprudência consolidada, pois pressupõem a aceitação do reequilíbrio nas atas, o que ainda não ocorreu.



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner

Em seguida, os autos foram remetidos ao Núcleo de Recursos e Consultas – NRC, que através da Instrução Técnica de Consulta – ITC 048/2025, opinou pelo conhecimento da presente Consulta e resposta nos seguintes termos:

IV – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, e considerando as conclusões havidas no novel Parecer em Consulta 16/2025, sugere-se que a presente consulta seja respondida nos seguintes termos:

Questionamento 1

É possível admitir reequilíbrio econômico-financeiro em ata de registro de preço oriunda de licitação do sistema de registro de preços realizada sob a égide da Lei nº 14.133/2021?

Resposta:

De acordo com o Parecer em Consulta 16/2025 do TCEES, entende-se pela possibilidade de aplicação dos institutos de reajuste, repactuação e revisão às atas de registro de preços firmadas sob a égide da Lei 14.133/2021, desde que observados os requisitos legais, a motivação adequada e a demonstração técnica do impacto econômico.

Questionamento 2

É possível que cada ente federado institua ou não em seu próprio regulamento do sistema de registro de preços a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro em ata de registro de preço oriunda de licitação do sistema de registro de preços?

Resposta:

Conforme deliberado no Parecer em Consulta 16/2025, na ausência de norma regulamentadora do ente federativo municipal ou estadual, deverá ser observada a regulamentação posta no art. 25 do Decreto Federal 11.462/2023. Assim, conclui-se pela possibilidade do ente federativo municipal ou estadual instituir em regulamento próprio a aplicação dos institutos de reajuste, repactuação e revisão às atas de registro de preços firmadas sob a égide da Lei 14.133/2021. E caso não o faça, deverá observar a regulamentação do art. 25 do Decreto Federal 11.462/2023.

Questionamento 3

Na hipótese de a revisão de preços registrados ser possível, consoante primeiro questionamento, quais critérios e requisitos devem ser adotados pela Administração Pública?

Resposta:

Considerando que o Parecer em Consulta 16/2025 elegeu como referência a regulamentação posta no art. 25 do Decreto Federal 11.462/2023, temos que os critérios e requisitos que devem ser observados são aqueles previstos no aludido dispositivo legal.

Ou seja, a aplicação dos institutos de reajuste, repactuação e revisão às atas de registro de preços, firmadas sob a égide da Lei 14.133/2021, poderá ocorrer em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner

que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- (i) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada;
- (ii) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- (iii) na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados.

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer 07654/2025, da lavra do Procurador Dr. Luis Henrique Anastácio da Silva, **acompanhou** integralmente a manifestação proferida pela equipe técnica.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Embora já tenha sido conhecida a presente Consulta, conforme Decisão Monocrática 01087/2025, promovo a reapreciação dos requisitos de admissibilidade.

Precipuamente, cumpre destacar que o artigo 122 da Lei Complementar 621/2012 estabelece o rol de pressupostos a serem observados para a admissibilidade da Consulta perante o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, quais sejam:

Art. 122. O Plenário decidirá sobre consultas quanto às dúvidas suscitadas na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência, que lhe forem formuladas pelas seguintes autoridades:

- I - Governador do Estado e Prefeitos Municipais;**
- II - Presidente da Assembleia Legislativa e de Câmaras Municipais;**
- III - Presidente do Tribunal de Justiça e Procurador Geral de Justiça;**
- IV - Procurador Geral do Estado e Defensor Público Geral do Estado;**
- V - Secretário de Estado;**
- VI - Presidente das comissões permanentes da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais;**
- VII - Diretor presidente de autarquia, fundação pública, empresa estatal e de sociedade de economia mista cujo controle societário pertença ao Estado ou aos**



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner

Municípios.

§1º A consulta deverá conter as seguintes formalidades:

I - ser subscrita por autoridade legitimada;

II - referir-se à matéria de competência do Tribunal de Contas;

III - conter indicação precisa da dúvida ou controvérsia suscitada;

IV - não se referir apenas a caso concreto;

V - estar instruída com parecer do órgão de assistência técnica e/ou jurídica da autoridade consulente.

§2º Além dos requisitos objetivos, o conhecimento da consulta dependerá da relevância jurídica, econômica, social ou da repercussão da matéria no âmbito da administração pública, com conteúdo que possa ter reflexos sobre a administração direta e indireta do Estado ou dos Municípios.

§3º Cumulativamente aos requisitos dos §§ 1º e 2º, os legitimados dos incisos V, VI e VII do *caput* deste artigo deverão demonstrar a pertinência temática da consulta às respectivas áreas de atribuição das instituições que representam.

§4º O parecer em consulta possui caráter normativo e constitui prejulgamento da tese, mas não de fato ou caso concreto.

§5º Não obstante a existência de prejulgado sobre matéria objeto de consulta, poderá o Tribunal de Contas alterar ou revogar parecer em consulta anterior pela maioria absoluta de seus membros.

Dessa forma, quanto aos aspectos formais, observo que o Consulente, por se tratar de Prefeito Municipal, é autoridade legitimada. Além disso, verifico que a peça de Consulta foi instruída com o parecer do órgão de assistência jurídica (doc. 03), em fiel obediência ao artigo 122, §1º, incisos I e V da LC 621/2012.

No que se refere aos aspectos substantivos, verifico que a matéria objeto da consulta é de competência desta Corte de Contas, contém indicação precisa da dúvida e não se refere apenas ao caso concreto, na forma do que prevê os incisos II, III e IV do §1º do artigo 122 da legislação supramencionada.

Não obstante, constata-se que a matéria objeto da Consulta ofertada possui inequívoca relevância jurídica, econômica, social e repercussão no âmbito da Administração Pública com reflexos para a Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios e do Estado, atendendo ao requisito previsto no §2º do artigo 122 da LC 621/2012.

Desse modo, entendo que restam preenchidos os requisitos para o conhecimento, razão pela qual, em sede de juízo de admissibilidade, entendo por **conhecer** a presente consulta.



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner

Passo à análise do mérito.

A presente consulta versa sobre o **reequilíbrio econômico-financeiro no âmbito do Sistema de Registro de Preços (SRP)**, inserindo-se no contexto da transição normativa entre o regime instituído pela legislação anterior de licitações e contratos administrativos e o novo marco legal estabelecido pela Lei nº 14.133/2021.

Em síntese, o consulente submete a exame três indagações centrais:

- I. É possível admitir reequilíbrio econômico-financeiro em ata de registro de preço oriunda de licitação do sistema de registro de preços realizada sob a égide da Lei nº 14.133/2021?
- II. É possível que cada ente federado institua ou não em seu próprio regulamento do sistema de registro de preços a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro em ata de registro de preço oriunda de licitação do sistema de registro de preços?
- III. Na hipótese de a revisão de preços registrados ser possível, consoante primeiro questionamento, quais critérios e requisitos devem ser adotados pela Administração Pública?

Registre-se que esta Corte de Contas já havia se pronunciado sobre a matéria em sede de consulta, firmando entendimento no sentido da **inaplicabilidade do instituto do reequilíbrio econômico-financeiro aos valores registrados em ata de registro de preços**, oriunda de procedimento realizado no âmbito do Sistema de Registro de Preços, conforme consignado no **Parecer em Consulta nº 20/2022**.

Não obstante, consignado no Estudo Técnico de Jurisprudência nº 0026/2025-1, elaborado pelo Núcleo de Jurisprudência e Súmula (NJS), constatou-se que o entendimento até então vigente encontrava-se em processo de reavaliação, em razão da superveniência da Consulta autuada sob o Processo TC nº 5910/2025, formulada pelo Prefeito do Município de Afonso Cláudio, que reproduzia questionamento substancialmente idêntico ao ora analisado, tendo o NJS identificado que a matéria



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner

estava em debate quanto à possível superação do posicionamento anteriormente consolidado.

Ocorre que o referido Processo TC nº 5910/2025 chegou ao seu desfecho com a apreciação definitiva da matéria pelo Plenário desta Corte, culminando na emissão do **Parecer em Consulta TC nº 0016/2025**, proferido na **63ª Sessão Ordinária do Plenário**, realizada em **11 de dezembro de 2025**.

Desta feita, após regular instrução e amplo debate colegiado, este Tribunal deliberou no sentido de **revisar o entendimento anteriormente adotado**, passando a reconhecer, à luz do regime jurídico instituído pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, a aplicabilidade dos mecanismos de recomposição econômico-financeira às atas de registro de preços.

Assim, restou consignado no **Parecer em Consulta TC nº 0016/2025** que, **no âmbito da nova Lei de Licitações**, o **reajuste em sentido estrito**, a **repactuação** e a **revisão por álea extraordinária** são **admissíveis em relação às atas de registro de preços**, nos termos do **inciso VI do art. 82 da Lei nº 14.133/2021**, bem como do **art. 25 do Decreto Federal nº 11.462/2023**, ou, ainda, de regulamento próprio editado pelo respectivo ente federativo. Vejamos:

[...]

1. PARECER CONSULTA TC-0016/2025:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão Plenária ante as razões expostas, em:

1.1. CONHECER a consulta, diante do preenchimento dos requisitos de admissibilidade constantes no art. 122 da LC 621/2012, e, no mérito, respondê-la nos seguintes termos:

“No regime jurídico da Lei nº 14.133/2021, o reajuste em sentido estrito, a repactuação e a revisão por álea extraordinária são aplicáveis às atas de registro de preços, conforme o inciso VI do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 25 do Decreto Federal nº 11.462/2023, ou regulamento do próprio ente federativo (Município ou Estado).”



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner

- 1.2. **ENCAMINHAR** ao consulente cópia digitalizada do Parecer em Consulta firmado neste processo;
- 1.3. **CIENTIFICAR** o consulente;
- 1.4. **ARQUIVAR** os autos após o trânsito em julgado.
2. Unânime.
3. Data da Sessão: 11/12/2025 - 63ª Sessão Ordinária do Plenário.

Depreende-se que a deliberação plenária consolidou **nova orientação institucional**, superando o entendimento anteriormente firmado por esta Corte, em consonância com a evolução do marco normativo das contratações públicas e com a necessidade de assegurar coerência sistêmica, segurança jurídica e efetividade à gestão dos instrumentos de contratação sob a égide da Lei nº 14.133/2021.

Cumpre registrar, ainda, que, no âmbito do **Processo TC nº 5910/2025**, o **Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo** manifestou-se expressamente **ciente do inteiro teor do Parecer em Consulta TC nº 0016/2025**, tendo **renunciado ao prazo recursal**, conforme consignado no **Termo de Ciência e Renúncia de Prazo Recursal nº 03835/2025-8 (doc. 14 daqueles autos)**.

Tal manifestação ministerial, **embora não implique trânsito em julgado**, constitui relevante indicativo de **estabilidade institucional do entendimento adotado**, conferindo-lhe **segurança jurídica**, sobretudo diante da ausência de insurgência por parte do órgão ministerial responsável pela fiscalização da legalidade e pela provocação recursal no âmbito desta Corte.

No caso em exame, verifica-se que os questionamentos formulados na presente consulta se encontram **integralmente abrangidos e solucionados pelo entendimento firmado no Parecer em Consulta TC nº 0016/2025**.

À vista desse novo paradigma interpretativo, o **Núcleo de Controle Externo de Recursos e Consultas – NRC**, por meio da **Instrução Técnica de Consulta nº 00048/2025-8**, passou a adotar expressamente o entendimento consagrado no referido



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner

parecer, concluindo que a matéria objeto da presente consulta já se encontra pacificada no âmbito desta Corte.

Nesse contexto, a unidade técnica sugeriu que a consulta fosse respondida em conformidade com o teor do Parecer em Consulta TC nº 0016/2025, por reputar plenamente aplicável ao caso concreto o entendimento recentemente firmado pelo Plenário, o qual passa a orientar, de forma vinculante no âmbito consultivo, a interpretação desta Corte sobre o tema, apresentando a seguinte sugestão de resposta:

IV – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, e considerando as conclusões havidas no novel Parecer em Consulta 16/2025, sugere-se que a presente consulta seja respondida nos seguintes termos:

Questionamento 1

É possível admitir reequilíbrio econômico-financeiro em ata de registro de preço oriunda de licitação do sistema de registro de preços realizada sob a égide da Lei nº 14.133/2021?

Resposta:

De acordo com o Parecer em Consulta 16/2025 do TCEES, entende-se pela possibilidade de aplicação dos institutos de reajuste, repactuação e revisão às atas de registro de preços firmadas sob a égide da Lei 14.133/2021, desde que observados os requisitos legais, a motivação adequada e a demonstração técnica do impacto econômico.

Questionamento 2

É possível que cada ente federado institua ou não em seu próprio regulamento do sistema de registro de preços a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro em ata de registro de preço oriunda de licitação do sistema de registro de preços?

Resposta:

Conforme deliberado no Parecer em Consulta 16/2025, na ausência de norma regulamentadora do ente federativo municipal ou estadual, deverá ser observada a regulamentação posta no art. 25 do Decreto Federal 11.462/2023.

Assim, conclui-se pela possibilidade do ente federativo municipal ou estadual instituir em regulamento próprio a aplicação dos institutos de reajuste, repactuação e revisão às atas de registro de preços firmadas sob a égide da Lei 14.133/2021. E caso não o faça, deverá observar a regulamentação do art. 25 do Decreto Federal 11.462/2023.

Questionamento 3

Na hipótese de a revisão de preços registrados ser possível, consoante primeiro questionamento, quais critérios e requisitos devem ser adotados pela Administração Pública?



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner

Resposta:

Considerando que o Parecer em Consulta 16/2025 elegeu como referência a regulamentação posta no art. 25 do Decreto Federal 11.462/2023, temos que os critérios e requisitos que devem ser observados são aqueles previstos no aludido dispositivo legal.

Ou seja, a aplicação dos institutos de reajuste, repactuação e revisão às atas de registro de preços, firmadas sob a égide da Lei 14.133/2021, poderá ocorrer em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- (i) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada;
- (ii) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- (iii) na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados.

Diante do quadro exposto, **acompanho integralmente a manifestação da área técnica**, consubstanciada na Instrução Técnica de Consulta nº 00048/2025-8, a qual, com acerto, aplica ao presente caso o entendimento firmado por este Tribunal no Parecer em Consulta TC nº 0016/2025, proferido no âmbito do Processo TC nº 5910/2025.

A adoção desse entendimento revela-se não apenas juridicamente adequada, mas também mais consentânea com a evolução normativa e sistemática introduzida pela Lei nº 14.133/2021, a qual promoveu significativa reestruturação do regime jurídico das contratações públicas, conferindo tratamento expresso e mais detalhado aos mecanismos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, inclusive no contexto das atas de registro de preços.

Cumpre assinalar que o entendimento ora adotado por este Tribunal se encontra em plena harmonia a mais recente construção doutrinária sobre a matéria, alinhando-se à interpretação sistemática e evolutiva da Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido, destaca-se o **Enunciado nº 33 do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo**¹, segundo o qual, *“em conformidade com o art. 82 da Lei n. 14.133/2021, a alteração ou a atualização de*

¹ Disponível em: <https://ibda.com.br/wp-content/uploads/2025/01/Enunciados-do-IBDA-Jornada-de-Vitoria-Lei-14133-21-definitivo-reposicionados-e-renumerados-1.docx-2.pdf>



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner

preços da ata de registro de preços pode ser regulamentada com a utilização de instrumentos próprios de atualização, além do reajuste, da repactuação e da revisão”.

Tal orientação reforça a compreensão de que o novo regime jurídico das contratações públicas ampliou os mecanismos de recomposição econômico-financeira no âmbito do Sistema de Registro de Preços, conferindo maior coerência normativa, segurança jurídica e aderência à realidade contratual, razões pelas quais se mostra adequada e juridicamente consistente a superação do entendimento anteriormente firmado por esta Corte.

Ante todo o exposto, **acompanhando** o opinamento da Área Técnica e do Ministério Público de Contas, **VOTO** para que seja adotada a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER
Relator

PARECER EM CONSULTA

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **RESOLVEM** os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão Colegiada, ante as razões expostas pelo Relator, em:

1. **Conhecer** a presente Consulta, em razão do preenchimento dos requisitos de admissibilidade;
2. **No mérito, em consonância com o entendimento firmado no Parecer em Consulta TC nº 0016/2025**, respondê-la nos seguintes termos:



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner

2.1 É possível admitir reequilíbrio econômico-financeiro em ata de registro de preço oriunda de licitação do sistema de registro de preços realizada sob a égide da Lei nº 14.133/2021?

Resposta:

De acordo com o Parecer em Consulta 16/2025 do TCEES, entende-se pela possibilidade de aplicação dos institutos de reajuste, repactuação e revisão às atas de registro de preços firmadas sob a égide da Lei 14.133/2021, desde que observados os requisitos legais, a motivação adequada e a demonstração técnica do impacto econômico.

2.2 É possível que cada ente federado institua ou não em seu próprio regulamento do sistema de registro de preços a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro em ata de registro de preço oriunda de licitação do sistema de registro de preços?

Resposta:

Conforme deliberado no Parecer em Consulta 16/2025, na ausência de norma regulamentadora do ente federativo municipal ou estadual, deverá ser observada a regulamentação posta no art. 25 do Decreto Federal 11.462/2023.

Assim, conclui-se pela possibilidade do ente federativo municipal ou estadual instituir em regulamento próprio a aplicação dos institutos de reajuste, repactuação e revisão às atas de registro de preços firmadas sob a égide da Lei 14.133/2021. E caso não o faça, deverá observar a regulamentação do art. 25 do Decreto Federal 11.462/2023.

2.3 Na hipótese de a revisão de preços registrados ser possível, consoante primeiro questionamento, quais critérios e requisitos devem ser adotados pela Administração Pública?

Resposta:

Considerando que o Parecer em Consulta 16/2025 elegeu como referência a regulamentação posta no art. 25 do Decreto Federal 11.462/2023, temos que os critérios e requisitos que devem ser observados são aqueles previstos no aludido dispositivo legal.

Ou seja, a aplicação dos institutos de reajuste, repactuação e revisão às atas de registro de preços, firmadas sob a égide da Lei 14.133/2021,



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Gabinete do Conselheiro Domingos Augusto Taufner

poderá ocorrer em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- (i) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada;
- (ii) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- (iii) na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados.

3. Dar ciência aos interessados;

4. Após os trâmites regimentais, arquivar os autos.



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913